



2.01  
2016

BOLETIM DO SUB-SECTOR DAS ARTES DO ESPECTÁCULO DO SECTOR INTELECTUAL  
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



# URGENTE E INADIÁVEL

## Sindicalização dos trabalhadores das artes do espectáculo

A sindicalização e organização dos trabalhadores das Artes do Espectáculo é urgente e inadiável. As ofensivas são permanentes contra quem faz da Cultura o seu trabalho. Passam pelas despesas a crescer e os salários e cachets a diminuir e acaba na necessidade da protecção na velhice, da qual muitos trabalhadores do Espectáculo estão interditados por dívidas à Segurança Social e sem direito a qualquer tipo de apoio social. A situação é dramática e exige medidas urgentes:

- Só organizados os trabalhadores farão frente à constante desvalorização salarial que empurra para o limiar de pobreza milhares de trabalhadores do meio.
- Exige uma resposta eficaz contra a precariedade como saída e a alternativa permanente entre emigração, desemprego ou trabalho sem direitos,
- Exige protecção jurídica para as constantes violações de acordos e contratos.
- Exige defesa das condições laborais, das mais genéricas até às mais localizadas.

- Exige afinal a situação que vivemos, que os trabalhadores do espectáculo organizados ajudem a construir uma alternativa à negra situação do sector e do país.

O nosso trabalho é, na maior parte das vezes, um acto de comunicação de componentes tão diferentes como essenciais. É esse resultado, quando acontece, que faz o Espectáculo. Sem ele, não estaríamos aqui! Porque todos queremos trabalhar aqui no Espectáculo e na arte, porque todos sabemos que a precariedade já cá estava antes da troica mas que, também por essa razão, hoje dói mais ainda. É porque não queremos viver numa selva a lutar por um osso sem carne, é por tudo isso e ainda mais, que é urgente a sindicalização dos trabalhadores, para que a sua voz possa ter mais força! A sindicalização é um contributo de cada um para o desenvolvimento da sua arte. Um desafio à própria construção activa, organizada, criativa e conseqüente, do seu futuro. A precariedade, a instabilidade, as alterações de locais de trabalho, promovem a desunião dos trabalhadores das Artes do Espectáculo.

## Cálculo dos descontos para a Segurança Social com base no rendimento real

Durante a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2016, o PCP apresentou uma medida que prevê que durante o ano de 2016 seja revista a base de cálculo das quotizações e contribuições para a Segurança Social. Na nossa proposta, os trabalhadores independentes passarão a pagar de acordo com o seu rendimento real efectivamente auferido.

Esta proposta foi aprovada. Apesar de sabermos que não acabará com a situação de precariedade em que vários trabalhadores se encontram e que é necessário continuar a combater fortemente os falsos recibos verdes, para milhares esta medida aliviará o volume dos seus descontos mensais e permitirá que contribuam de forma mais justa e continuada para a sua carreira contributiva e para os restantes direitos sociais.

## REFORÇO DO ORÇAMENTO PARA CRIAÇÃO ARTÍSTICA

O aumento do Orçamento dedicado a políticas culturais é uma condição para o aprofundamento do papel do Estado nas funções que a própria Constituição da República lhe atribui e é fundamental para a continuidade e existência das várias estruturas artísticas. O PCP propôs, na discussão na especialidade do Orçamento do Estado, que transitasse 1,5 milhões de euros do Fundo de Fomento Cultural para a verba destinada ao apoio às artes (DGArtes), permitindo assim que mais estruturas desenvolvessem os seus projectos com menos constrangimentos financeiros. Infelizmente esta proposta não foi aprovada, mas ao longo do ano de 2016 iremos bater-nos para que se criem as condições necessárias para um aumento significativo das verbas em 2017.

ver: [www.pcp.pt/um-orcamento-diferente-para-melhor](http://www.pcp.pt/um-orcamento-diferente-para-melhor)

## A violência das políticas de austeridade

As políticas de austeridade do governo PSD/CDS resultaram em consequências desastrosas também no contexto da performance e do ensino da música em Portugal. Essas políticas impuseram um decréscimo de investimento na área da cultura, com consequências graves para os trabalhadores e colocando em causa a viabilidade das instituições. É o caso da Orquestra Metropolitana de Lisboa, parte integrante da AMEC (Associação Música, Educação e Cultura), que sente dificuldades financeiras desde 2012. A má gestão das sucessivas direcções e a sub-orçamentação resultaram na acumulação de dívidas à Segurança Social e ao fisco que comprometem a viabilidade do projecto. A Metropolitana é uma instituição de cariz único em Portugal, que alia as vertentes pedagógica e performativa numa perspectiva de continuidade que resulta na integração dos alunos das diferentes escolas nas várias orquestras. A qualidade do ensino e das apresentações públicas dos diferentes agrupamentos faz da Metropolitana um projecto de grande valor, criatividade e competência que tem sido demonstrada nas várias salas de concerto do país. O funcionamento da instituição foi feito através da imposição de um corte salarial a todos os trabalhadores de 20% em 2012. O processo de reposição dos salários tem sido gradual, mas as dificuldades financeiras da instituição continuam e os cortes salariais dos trabalhadores mantêm-se em 2016, estando neste momento nos 5%. A Metropolitana encontra-se a liquidar as dívidas existentes e sem um financiamento extraordinário que permita saldar parte das dívidas a situação será sempre de grande asfíxia.

### CINEMA

## A reserva natural do cinema ou a sua independência

A nova lei do cinema (Lei n.º 55/2012; alterada pela Lei n.º 28/2014), torna inequívoca a obrigação das operadoras / distribuidoras de televisão e outros meios de comunicação em investir no cinema e audiovisual produzido em Portugal. O artigo 10º da Lei n.º 28/2014 vem, assim, redefinir a participação destas operadoras no cinema independente e programas de televisão de qualidade, exigindo-lhes uma pequena parcela dos lucros gerados com a publicidade. Estas operadoras “encontram-se sujeitas ao pagamento de uma taxa anual de € 2 por cada subscrição de acesso a serviços de televisão”. Apesar do esforço, são ainda frágeis as condições de efetividade de tal lei, uma vez que os atrasos nos pagamentos ou os não pagamentos têm gerado toda a espécie de instabilidade na produção dos filmes apoiados pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) – a entidade que gere os fundos e os concursos do cinema e do audiovisual em Portugal.

Perante a situação de "ruptura financeira" no Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) a fragilidade da produção e dos trabalhadores do meio são as consequências mais imediatas e evidentes.

A ausência de pagamento de cerca de quatro milhões de euros por parte do ICA aos produtores de filmes terá como consequência a completa desestabilização dos calendários dos inúmeros projetos em fase de produção, e contribuirá para intensificar a precariedade dos trabalhadores do sector. Apesar da lei, não tem havido por parte das entidades competentes a celeridade necessária à cobrança das taxas que estão consignadas nas receitas do ICA e a libertação do respetivo financiamento para a produção dos projetos. A última auditoria do Tribunal de Contas sublinha que os procedimentos de controlo do ICA em várias situações relacionadas com a cobrança não são sistemáticos nem rigorosos. Tal situação constitui uma completa falta de respeito pelos trabalhadores do sector; uma irresponsabilidade de quem deveria primar pela estabilidade da produção, especialmente, do cinema de autor, cujo valor inabalável permanecerá mesmo e apesar da febre iminente com os “óculos de realidade virtual”.

# Em defesa da Companhia Nacional de Bailado

Ana Mesquita, DEPUTADA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP

O PCP considera que a dança, nas suas mais variadas formas, constitui uma valiosa componente artística portuguesa, cuja salvaguarda é do interesse público. Fundada em 1977, a Companhia Nacional de Bailado tem sido o exemplo português do ballet clássico, marcando a arte do bailado e sendo responsável pela difusão das mais importantes obras baléticas do repertório mundial. Há muitos anos - há tempo de mais - se discute a criação de um Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado. Vários Governos têm prometido a sua publicação mas, até hoje, não se verificou qualquer avanço.

O ballet clássico é uma arte de extrema dificuldade, que exige treino e habilidades físicas só comparáveis com o desporto de alto rendimento. Esta comparação mantém-se ao nível do potencial lesivo do bailarino. Por incrível que pareça, os bailarinos clássicos têm um enquadramento, em matéria de acidentes de trabalho, exactamente igual ao de um trabalhador de escritório.

O actual regime de aposentação e acesso à reforma dos bailarinos não dá resposta às necessidades, chegando a ser caricato.

O bailarino que se reforme aos 45 anos aufere de uma reforma demasiado baixa. Já a possibilidade de reforma aos 55 anos é completamente desfasada da realidade, pois o bailarino, geralmente a partir dos 45 anos, deixa de ter condições para continuar a dançar.

Na dança clássica, os bailarinos raramente desenvolvem outras qualificações ao longo das suas carreiras, uma vez que a sua formação específica e a sua profissionalização começa muito cedo e exige dedicação exclusiva. Não sendo reconhecida nem capitalizável a experiência profissional para efeitos de qualificação escolar e académica, ou acesso ao ensino superior, como acontece noutros países, a reconversão profissional dos artistas do bailado clássico é muito difícil.

Reafirmamos, ainda, a importância da existência de uma Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado, extinta nos anos 90 do século passado. A nível mundial, todos os ballets nacionais e

grandes companhias de dança têm as respectivas escolas de dança - verdadeira base das companhias - aproveitando a experiência dos seus bailarinos em final de carreira para a formação de novos bailarinos.

Assim, o Projecto de Lei apresentado pelo PCP, que contou com os contributos destes trabalhadores e das suas organizações representativas, assenta em 5 pontos principais:

1. A implementação de um regime de segurança social que permita ao bailarino poder reformar-se aos 45 anos, com uma pensão justa que permita a sua sobrevivência digna, e a possibilidade de aceder à reforma com 25 anos de descontos;
2. A criação de um regime diferenciado de acidentes de trabalho semelhante ao atleta de alto rendimento, que permita uma maior protecção em caso de acidente;
3. A possibilidade de reconversão do bailarino, com a manutenção do posto de trabalho, a salvaguarda dos direitos do trabalhador e o aproveitamento da sua experiência profissional em benefício da mesma organização, num outro quadro funcional;
4. A consagração de um regime especial de acesso ao ensino superior semelhante ao dos atletas de alto rendimento;
5. A criação da Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado, permitindo o aproveitamento da experiência de muitos bailarinos em final de carreira e o investimento no futuro da companhia e da própria dança clássica, com a formação de bailarinos de grande excelência e profissionalização, preservando a escola estética e o repertório da Companhia.

---

## Também para os trabalhadores da cultura em estruturas públicas!

A nova situação política criada com a derrota do Governo PSD/CDS abriu perspectivas para a recuperação do que foi roubado aos trabalhadores nos últimos anos.

Nesse sentido o PCP apresentou e foi aprovada na Assembleia da República a reposição das 35 horas de trabalho na Administração Pública (roubadas pelo anterior governo, com o compromisso de em breve apresentar uma proposta de redução de horário de trabalho no sector privado) e a reposição integral dos salários destes trabalhadores, acabando no imediato com os cortes, a reposição dos quatro feriados roubados, o fim da sobretaxa do IRS para a esmagadora maioria de quem trabalha, a redução das

contribuições para a ADSE entre outros aspectos que também beneficiam os trabalhadores das instituições artísticas públicas.

Mas tudo o que se conseguiu e vier a conseguir será tanto mais uma realidade quanto maior for a luta, organização e unidade dos trabalhadores, reivindicando o que é justo e urgente: a reposição dos direitos roubados e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Não é tempo de ficar à espera do Governo ou da Assembleia da República, é tempo de canalizar as expectativas criadas para a mobilização e exigência de resolução dos problemas concretos, potenciando as novas e mais favoráveis condições criadas precisamente pela luta e resistência dos últimos anos.

Baixos salários, precariedade, desemprego, emigração forçada, desregulação dos horários, retrocesso nos direitos marcam fortemente a vida dos trabalhadores nos últimos anos. Ao mesmo tempo, os colossais lucros dos grupos económicos e financeiros e o saque dos recursos nacionais, através das privatizações e dos juros da dívida, sugam a riqueza produzida pelos trabalhadores, riqueza que devia contribuir para melhorar os seus salários e direitos e para o desenvolvimento do País. Não tem de ser assim, é necessário e possível o trabalho com direitos. Criar postos de trabalho que potenciem os recursos nacionais e respondam às necessidades do País. Aumentar os salários, fixar o salário mínimo nacional nos €600. Combater a precariedade — a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo. Restabelecer o horário de trabalho das 35 horas semanais a quem foi retirado e garantir a sua fixação progressiva para todos os trabalhadores, aplicar horários que permitam compatibilizar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, cada trabalhador deve poder organizar a sua vida, não estar sujeito aos prolongamentos arbitrários, às adaptabilidades, aos bancos de horas. Assegurar direitos e condições de trabalho dignas a todos.

## FAZEM FALTA TODOS OS DIAS E DE FORMA PERMANENTE PORQUE É QUE OS SEUS VÍNCULOS SÃO PRECÁRIOS?

Hoje, não só aumentam os contratos temporários, como cada vez são mais aqueles que trabalham com contratos renováveis ao mês, à semana, dia ou hora. A maioria destes passa meses e anos nesta situação a realizar exactamente a mesma função, ocupando o mesmo posto de trabalho, confrontados com a ausência de qualquer perspectiva de progressão e de estabilidade.

Uma parte significativa dos trabalhadores com contratos precários desempenha tarefas permanentes, fazem falta todos os dias nas empresas e locais de trabalho mas os seus contratos são temporários, trabalham com falsos recibos verdes, em prestação de serviços ou em bolsas de formação e investigação num processo de precariedade infernal.

## A QUEM SERVE A PRECARIIDADE?

O recurso ao trabalho temporário ou à prestação de serviços é, na prática, uma desresponsabilização das empresas, com os trabalhadores a serem tratados como meras mercadorias, que a qualquer momento podem ser dispensadas. As empresas prestadoras de serviço, servem como intermediários e chegam a receber pelo trabalho duas, três ou mais vezes do que o salário do próprio trabalhador.

Quanto mais precários são os vínculos laborais, mais baixos são os salários. Os trabalhadores com vínculos precários trabalham no mesmo local, cumprem o mesmo horário, desempenham as mesmas tarefas, mas recebem em média menos 30% do salário que um trabalhador com contrato permanente.

## A UM POSTO DE TRABALHO PERMANENTE, TEM DE CORRESPONDER UM CONTRATO DE TRABALHO EFECTIVO!

Só uma política patriótica e de esquerda que tem como um dos aspectos essenciais a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Com o PCP e a luta dos trabalhadores é possível concretizar uma vida melhor, mais direitos, mais futuro. Organiza-te no teu sindicato, sindicaliza-te, luta, junta-te ao PCP, o partido dos trabalhadores.

## JUNTA-TE A NÓS!

## LUTA E RESISTE COM O PCP

**FICHA PARA CONTACTO** SE PRETENDES ADERIR OU COLABORAR COM O PCP PREENCHE OS SEGUINTE  
DADOS DE MODO A PODERMOS ENTRAR EM CONTACTO CONTIGO

NOME: \_\_\_\_\_

MORADA: \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

TEL.: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Recorta e envia para Centro de Trabalho Vitória  
Avenida da Liberdade, 170 - 1200 LISBOA

